REVISTA DA ABPN

FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA NO ESTADO DO PARÁ

Maria Albenize Farias Malcher[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a formação e territorialização das comunidades quilombolas do Pará, as relações sociais, políticas e culturais de grupos negros rurais autodeclarados "remanescente de quilombo". Meu propósito é saber como esses sujeitos sociais elaboram suas práticas cotidianas e desenvolvem sua produção agrícola e extrativa. Busco, também, entender os arranjos associativos enquanto um processo, que como tal, sugere um movimento com atualizações e permanências. Ao examinar o protagonismo das comunidades quilombolas, evidencio alguns aspectos dos quilombolas de São Miguel do Guamá, por estas apresentarem uma diversidade de questões referentes à territorialidade quilombola na Amazônia paraense, essenciais para discussão do processo de regularização fundiária no estado do Pará.

Palavras-chave: Território; Quilombola; Regularização Fundiária.

MAROON FORMATION AND TERRITORIALIZATION IN THE STATE OF PARÁ

Abstract: This article aims to understand the formation and territorialization of the maroon communities of Pará, the social, political and cultural relations of self-declared "maroon remnant" rural black groups. My purpose is to know how social subjects elaborate their daily practices and develop their agricultural and extractive production. I also try to understand the associative arrangements as a process, which as such, suggests a movement with updates and permanencies. In examining the role of the maroon communities, I present some aspects of the maroons of São Miguel do Guamá, as they present a diversity of issues related to maroon territoriality in the Amazon region of Para, essential for discussion of the land regularization process in the state of Pará.

Keywords: Territory; Maroon; Land regularization.

FORMATION ET TERRITORIALISATION MARRONAGE DANS L'ÉTAT DU PARÁ

Résumé: cet article vise à comprendre la formation et la territorialisation des communautés marrones de Pará, les relation sociaux, politiques et culturelles de groupes noires rurales autoproclamés "reste de marronnage"**.** Mon but est savoir comment ces sujets sociaux s'arranger leurs pratiques quotidiennes et développer votre production agricole et des carrières. Je cherche, aussi, comprendre le régime associatif comme un processus, qui à ce titre, suggère un mouvement avec mises à jour et de la permanence. Pour examiner le rôle des communautés marronnes, je détache certains aspects des marronnages de São Miguel Guamá, par ces présentes une diversité de questions relies à la territorialité marronnages dans l'Amazonia de Pará, essentielle au débats du processus de régularisation agraire dans l'état du Pará.

Mots clés: terre; Marronnes; Régularisation agraire.

[1]Docente do Instituto Federal do Pará – IFPA, Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (PPGG-UFC), Ativista Negra do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – Cedenpa. E-mail:geomalcher@gmail.com

FORMACIÓN Y TERRITORIALIZACIÓN QUILOMBOLA EN LA PROVÍNCIA DEL PARÁ

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender la formación y territorio de las comunidades quilombolas del Pará, las relaciones sociales, políticas y culturales de grupos negros rurales auto declarados “remaneciente de quilombo”. Mi propósito es saber cómo estos sujetos sociales han elaborado sus prácticas cotidianas y desarrollan su producción agrícola y extractiva. Deseo aún, comprender las tramas asociativas que dentro de un proceso, sugiere un movimiento de actualizaciones y permanencias. Al examinar el protagonismo de las comunidades quilombolas, evidencio algunos aspectos de las comunidades de San Miguel del Guamá, pues presentan una diversidad de cuestiones referentes a la territorialidad quilombola en la Amazonia paraense, esenciales para la discusión del proceso de regularización agraria en dicha provincia.

Palabras-clave: Territorio; Quilombola; Regularización Agraria.

INTRODUÇÃO

O modo de vida das comunidades quilombolas está embasado na relação com que seus membros tem com a terra, o trabalho e a família. Estas práticas socioespaciais demandam formas de organização e apróprіação que se disseminam de diversas formas a partir da territorialidade destes sujeitos. Neste artigo, parto de uma proposição de que a territorialidade quilombola no estado do Pará perpassa pelo modo de vida (re) produzido no território em que vivem.

Num primeiro momento, farei um breve resumo dos procedimentos legais que norteiam os referidos processos legais de titulação e certificação, em seguida, estarei tratando da territorialidade quilombola. Apontando, ao final, a possibilidade de quetais procedimentos tenhamcontribuído para os processos de territorialização quilombola.

Destaco que aqui se trata de um processo especial onde se busca o resgate de uma dívida histórica para com a população negra mas que por vezes desrespeita as formas habituais de territorialidade, sobretudo no campo da apropriação material e imaterial que as comunidades negras rurais – “remanescentes das comunidades dos quilombos” desenvolvem sobre um determinado território.

Não se pretende fazer um resgate de todas as iniciativas legislativas destinadas às comunidades quilombolas, no entanto, cabe registrarque existe uma hierarquia no campo das leis, a qual deve ser obedecida, para que o trajeto jurídico até o alcance do objetivo principal que, no caso, é a titulação dos territórios, seja o mais ágil possível. Então, para esse caso quilombola, temos como Legislações: além da Lei Maior (Constituição Federal) as demais infra-constitucionais, nas quais incluem-se as efeitos

mais práticos como leis complementares, decretos, instruções normativas e outros dispositivos que devem ser observados na tramitação dos processos, quer, estejam na escala federal quer na estadual.

Com isso, é essencial ter presente, que por muito tempo a maioria das comunidades negras rurais se construiram comunitariamente sob uma base geográfica, física e social, formando uma territorialidade de negros e negras, resistindo como camponeses e camponesas. Essa história é marcada pelo lugar que define o negro ou a negra não como um "sujeito generico" (Gusmão, 1999, p. 145), mas pertencente a uma comunidade que ocupa um território.

No processo de construção da identidade no território, as identidades podem ser compreendidas como construções de caráter simbólico e de domínio da luta políticapara afirmar a diferença do grupo, a fim de garantir a continuidade de seus valores e modo de vida. Dessa forma, o território é uma condição essencial que define quem ou o que sãoas "comunidades negras", onde estão e porque estãonaquele lugar.

Outro ponto importante é a noção de tradicional, isto não se reduz à história,nem tampouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas e sim incorpora as territorialidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização "representada por uma aliança pontual e/ou circunstancial contra um inimigo comum, onde suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de legitimação" (Almeida, 2006, p.18).

Sem dúvida que, o Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal – "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos", representa um dispostivo importante direcionado à regularização dos territórios quilombolas.

Isto ocorre, não só por sua importância ligada a uma espécie de reparação histórica, mas também, porque abre caminhos para mobilizar a ação política nas unidades federativas, inclusive através das respectivas Constituições Estaduais, a exemplo do que ocorreu no estado do Pará, onde a titulação de terras quilombolas foi abrigada no Art. 322, da Constituição promulgada em 1989, e posteriormente objeto da

Lei 6.165, de 02 de dezembro de 1998, que dispõe sobre procedimentos básicos necessários à ativação da regularização dos territórios quilombolas, na escala estadual.

Mesmo que as discussões demonstrem que tudo está em construção, há que ser levado em conta os caminhos jurídicos de cada época. Nesse sentido, atualmente, a base para a tramitação dos processos, determinam que o conceito de *remanescentes de quilombos*, aqui o suporte, é o viés do Decreto 4887 - 20.11.2003, que regulamenta procedimentos ligados ao Art. 68 ADCT- Ato das Disposições Gerais Transitórias, da Constituição Federal, promulgada em 1988, sendo que o citado 4887, no Art. 2º.reza: "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida."

A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DA TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

O território quilombola perpassa pela condição simbólica e material e esta, na condição de comunidade negra rural, ao longo do tempo, tem assegurado o sentimento de pertencimentoum território da negritude e "se constituir um processo político de tomada de consciência de pertencer a uma raça que foi submetida à opressão colonial eurocêntrica". (Amador de Deus, 2008, p. 121).

Não obstante, a categoria de análise "territorialidade" nos ajuda a pensar essa relação como "o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu "território". (Little, 2002, p.3).

A territorialidade quilombolatranspõem a dimensão geométrica e constrói o direito das comunidades negras rurais de nela estar e nela permanecer, manifestada na luta pela permanência no território, que neste caso, é uma conformação territorial protagonizada por coletividades autônomas, mesmo que não usando essa nomeclatura, cultivam uma territorialidade específica em relação às demais territorialidade dos povos e populações tradicionais.

No caso quilombola, há superposições de categorias, pois algumas são definidas por aspectos como: 'localização' (ribeirinhos, povos da florestas),

‘ocupação/fontes de rendas’ (extrativistas, castanheiros, pescadores, e outras). Assim, há comunidades quilombolas que são, ao mesmo tempo, ribeirinhas ou extrativistas, etc., sendo, por outro lado, semelhante ao modo de vida de povos indígenas (com quem compartilham uma história do período escravista), sobretudo, pela necessidade de amplas áreas de perambulação para garantir seus modos de sobrevivência, os quais, geralmente, são compatíveis com o zelo pelo ambiente que ocupam – exceto os que estão mais pressionados pelas fronteiras minerais-madeireiras-agro/monocultivas/pecuárias.

O reconhecimento desta autonomia está embasada na territorialidade, relação que a comunidade estabelece com o território em que ocupa, usa, controla e identifica-se, compreendido como “um produto histórico de processos sociais e políticos” (Little, 2002, p.3).Dessa forma, aconstrução da territorialidade quilombola é o fator fundante de uma identidade coletiva e está no mesmo passo de mudança paradigmática, pois a luta pelo direito ao território parte da necessidade de legitimar a comunidade com os seus próprios parâmetros de sociabilidadepara construir um sujeito coletivo.

Santos (2007), nos chama atenção no debate sobre territorialidade ao destacarque sua construção “não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos” (Santos, 2007, p.82).Nessa linha, a territorialidade negra dar-se-á através do sentimento de pertencimento uma determinada comunidade e no caso, dos territórios quilombolas, esse sentimento está atrelado não somente aum simples “conjunto de objetosmediante os quais trabalhos, circulamos e moramos, mas também um dado simbólico” (Ibidem, p.82).

Por outro lado, Mathias Le Bossé (2004, p. 169) ao propor o debate sobre a dimensão identitária do território, destacaque “a identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa, através de práticas simbólicas e discursivas”, (Bossé, 2004, p.162) e ainda busca compreeder a dimensão identitária do território não apenas como “ritual e simbólico, este se coloca como um conceito chave para a compreensão dos novos processos de construção da identidade” (Ibdem, p.169).

Nesse sentido, verificamos que muitas associações quilombolas no Pará desenvolvem ações nas áreas de educação, cultura, agricultura famíliar, entre outras, como exemplos, a comunidade quilombola de Santa Rita das Barreiras busca, na paixão pelo samba de cacete, reviver suas tradições, a do Canta galo prepara todos os anos

ladainha cantada em festejos realizados para sua padroeira Santa Mônica e até mesmo em festejosque ocorrem seguindo o calendário em homenagem aos Santos da tradição católica nestas e nas demais comunidades quilombolas (Menino Jesus e Nossa Senhora de Fátima do Crauateua), em São Miguel do Guamá.

Para Moura (1988, p. 22) as práticas religiosas carregam um conteúdo que se insinua, "ele parece estar na forma de diferenciar, socialmente, os dias comuns dos dias especiais". As festividades do Santos católicos dão sentido a esse dia especial, capaz de alterar o cotidiano das comunidades. Assim, a religiosidade destas comunidades fornece para nós, tal como Moura (1988, p.22) afirma, "[...] uma explicação cheia de sentidos e de sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar, bem como a incompetência dos poderes seculares para atender às necessidades inerentes ao seu modo de vida".

A dimensão identitária do território também é verificada em outros tipos de festas nas comunidades, como, no caso, a"festa de aniversário de recebimento do título", do "aniversário da associação" e do dia da "consciência negra".Um caminho nessa direção perpassa por compreender as estratégias territoriais com manifestações culturais que retratam as especificidades do lugare comoum conceito de cultura se traduz no codidiano das comunidades quilombolas. "É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço."(Bonnemaison, 2002, p.101-102).

É notória a influência do cristianismo (sobretudo católico) nas comunidades quilombolas do Pará, e é provável, que isso tenha, freado as manifestações da afro-religiosidade e até estimulado o racismo – a exemplo de parte da população negra urbana, muitos quilombolas resistem a ideia de se considerar uma pessoa negra, sendo que isso vem sendo, de certa forma, emenizado, a partir da aprovação de reserva de vagas para quilombolas no ensino superior na Universidade Federal do Pará (UFPA), desde o ano de 2012, ocorrendo, ao contrário, muitas pessoas brancas do meio urbano querendo se identificar como quilombolas para acessar essas vagas.

O que pretendo recuperar, neste ponto, é o sentimento depertencimento, uma resignificação do conceito de territorialidade. Como um sistema de direitos territoriais que codificam o espaço pela sobrevivência das comunidades quilombolas, de seus traços culturais e modos de vida. Uma herança cultural e material que lhe confere uma

referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico e a "um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo". (Schimitt; Turatti; Carvalho, 2002, p. 5).

É importante considerar o territóriotomando Como referência o espaço "formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório sistema de objetos e sistemas de ações" (Santos, 2004, p. 63). Com efeito, apoiamos-nos neste ponto, mais precisamente na concepção de território usado apresentada por Santos (2007) "o importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual" (Santos, 2007, p.26).

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (Santos, 1994, p.16), abrigo de todos os seres humanos, de todas as organizações, mais do que isto, uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e o local, constituindo-se em uma categoria essencial para se pensar o futuro.

Neste sentido, ouso do território se revela a partir da dinâmica dos lugares, espaços por excelência**,** do acontecer solidário. Tais solidariedades pressupõem coexistências que definem usos e valores de múltiplas naturezas. Trata-se, portanto, de pensar uma ordem mundial que relaciona o global e o local, o primeiro produtor de verticalidades e o segundo produtor de horizontalidades - as horizontalidades se relacionam entre os pontos contínuos de uma mesma região, no qual os agentes estão implicados e seus respectivos tempos imbricados.

Neste cenário, há emergência de um novo tempo, gestado a partir dos territórios e dos lugares marcado pela resistência dos lugares às perversidades impostas a ele pelo mundo.Não há duvidas que os territórios quilombolas são de grandes relevância para a configuração territorial brasileira e suas especificidades tem revelado contradições geradas pelo processo de desenvolvimento[2]econômico e territorial do país.

2 Conceito polêmico, sobretudo, por incluir ideia de crescimento ilimitado (sem pensar na finitiude dos recursos natuarais) e, também, quando se indaga para quem?

É o que o Santos (2005, p.67) chama de globalização[3], seja da forma de "globalismos localizados" ou "localismos globalizados". Dessa forma, o processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior

> A primeira forma da globalização é *o localismo globalizado*. Consiste no processo pelo qual o determinado fenomeno é globalizado com sucesso […] A segunda forma de globalização chamo de *globalismo localizado*. Consiste no impacto especifico nas condições locais produzido pelas praticas e imperativos transnacionais que decorrem do localismo globalizado. (Santos, 2005, p.71. Grifo do autor)

Em Santos (2005) apreendemos que há dois tipos de globalização, a primeira caracterizada por este autor como hegemônica, controlada pelas grandes corporações capitalistas, pelo mercado financeiro e de capitais, apoiada por seus representantes em todas as partes do mundo; a segunda por sua vez, contra-hegemônica, caracterizada pela ação insurgente de possibilidades.Para Quijano (2005, p.120 xx), a globalização em todas as suas formas de representação, expressa a "colonialidade do poder". Para este autor, o atual modelo padrão de dominação se dá a partir da articulação de alguns fatores, dentre eles a "colonialidade do poder" tendo a ideia de "raça"**,** como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social.

> Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. (Quijano, 2005, p.117)

Um elemento que contribui na análise deste processo é a abertura para uma leitura pós-colonial e anti-imperialista; uma leitura pós-colonial busca elementos que considerem a história da população discriminada, buscando um diálogo que presenteia a todos com este conhecimento que foi velado durante muito tempo. No processo de dominação, imposição dos valores de um grupo sobre os de outro, a discussão sobre identidade está na base da discussão dos direitos dos grupos e das lutas contra as hegemonias culturais que são, acima de tudo, políticas e econômicas, mas também formas enraizadas de relações de poder dominantes.

3Acredita-se que atualmente, está ocorrendo um certo refluxo devido a crise do capitalismo - como Brexit (Reino Unido), efeito Trump (USA) e outros países priorizando relações bilaterais.

As relações de poder são caracterizadas pela presença permanente deelementoscomo a “dominação”, a “exploração” e o “conflito” (Quijano, 2005, p. 119). Portanto, experiências que se forjam no processo de territorialização e que traçam múltiplas territorialidades podem ser abordadas levando-se em conta o processo de globalização, suas características e conseqüências, sobretudo no que diz respeito a aplicação das políticas territoriais, reiteramos que, no universo desta políticas territoriais**,** a emissão de títulos coletivos é parte essencial da política de ação afirmativa voltada para as comunidades quilombolas.

É preciso analisar o papel das comunidades “remanescentes de quilombos” na sociedade atual, as implicações legais e impasses da formação do território quilombola a partir da afirmação de suas tradições e organização, sem desconsiderar que qualquer análise sobre quilombos, requer uma compreensão mais alargada da história da escravidão no Brasil, notadamente a partir da literatura pós – colonial e das relações entre o Brasil e Portugal, quese mantiveram intactas nas relações raciais no Brasil até os dias atuais. Essa relação também contribui no emergir da ideia de “raça”, a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial, impostas sobre toda a população do planeta na expansão do “colonialismo europeu” (Quijano, 2005, p.118).

TERRITÓRIOS COBIÇADOS: CONFLITOS EM POTENCIAL

É fato que em muitas ocasiões, a sobrevivência de um território quilombola vê-se ameaçada pelo avanço de outros grupos e/ou empresas. Por isso, não surpreende que as questões mais controversas girem em torno dedistintos interesses e atores. Por exemplo, em alguns municípios paraenses os interesses das empresas privadas (até transnacionais) sãomuito fortes, inclusive no que diz respeito à mineração. Sabe-se que no município de Oriximiná existem possibilidades dedesenvolvimento de atividades de mineração nas áreas das comunidades localizadas no Rio Trombetas.

Em face da falta de regulamentação plena em termos de legislação específica para outorga de títulos minerários em regiões ocupadas por comunidades quilombolas, essas comunidadesna tentativa de se defederem acionaram o acompanhamento do ministério público. No entanto, as ameaças sobre o território das mesmas se

intensificaram com o estabelecimento da Mineração Rio Norte desde a década de 1970[4], e também, com a criação de áreas de preservação ambiental, como a Reserva Biológica do Trombetas, à margem esquerda do rio, em 1979[5].

Os quilombolas foram proibidos de pescar, abrir roças e coletar castanhas, enfim, foram impedidos de usar recursos existentes na área englobada na unidade de conservação. (Acevedo; Castro, 1998, p.161). Considerando que o empresariado conta com o apoio do Estado, não surpreende que os direitos quilombolas continuem sendo drasticamente mutilados.[6]A existência de múltiplos territórios deve ser considerada como um ativo importante da humanidade inclusive pelo fato de contribuir para a produção de conhecimento nos mais diversos campos da vida social. Por envolver a humanidade, o Estado deveria "proteger" os territórios, sobretudo, os que tem menor poder na correlação de forças, de modo a garantir a existencia dos mesmos, assegurando, por conseguinte, a diversidade territorial.

Vale relembrar que as hoje denominadas comunidades quilombolasdesde o início construíram suas territorialidades em meio aos conflitose às tensões em torno da permanência na terra e aproriação de seus recursos, o que muda no contexto atual é o reconhecimento deste sujeito político, que permite forjar estratégias que demonstramsuas territorialidades, mesmo que seja pela sobreposição de territórios múltiplos, em diferentes escalas. Desse modo, diante da titulação ou certificação de uma comunidade quilombola ou até no simples ato de abertura de um processo de titulação, o Estado se mantém resistente e por vezes desconhece a territorialidade das mesmas.

Além disso, asimplestitulação, sem oferecer-lhes meios alternativos de subsistência, quase sempreé uma rota segura para desastres: a comunidade de Camiranga, município de Cachoeira do Piriá, por exemplo, solicitou a correção de alguns problemas ocorridos no processo de titulação em tramitação no Instituto de Terras do Pará (ITERPA), poisa titulação de terras, ao contrário da maioria das comunidades rurais quilombolas, foi feita considerando parcelasindividuais apesar de

[4]No Pará, a primeira audiência pública para discutir EIA - Estudo de Impacto Ambiental e RIMA - Retário de Impacto Ambiental foi à referente ao ligado a ALCOA-Mineração Rio do Norte, no dia 12 de agosto de 1991.

[5]Há sinais de que essa reserva foi criada por pressão das mineradoras, junto ao governo brasileiro, para evitar que diante do projeto que pretendiam/pretendem desenvolver, ocorresse situação similar ao que aconteceu em frente ao Projeto Jari, onde se formou uma cidade-favela (Beiradão)

[6]Ocorreu até a morte de um quilombola assassinado por um trabalhador do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sob a alegação de que o mesmo não podia entra na reserva.

existir uma porção do território em que o título écoletivo; a comunidade reivindica a ampliação dessa área coletiva.

Possivelmente esse caso pode ser considerado comodentro doentendimento Saquet (2007) que define territorialidade como as relações diárias momentâneas e, ainda, enfatiza que essas relações são necessárias e acontece em todas as atividades no cotidiano produzindo "um movimento processual e relacional de apropriação, dominação e produção (i) material (material e imaterial) do território". (Saquet,2007, p.158).

Como indicamos em Saquet (2007), os processos sociais são multiescalares e multitemporais e isso ocorre em todas as atividades de nossa vida cotidiana. A torre de transmissão de energia erguida pela Companhia Vale do Rio Doce - construída para garantir o funcionamento do mineroduto de 350 quilômetros construído para transportar bauxita entre os municípios de Paragominas e Barcarena- que atinge osterritórios quilombolas do município de Moju, é multiescalar e multitemporal, da mesma forma que a derrubada da mesma torre por parte das famílias quilombolas da comunidade de Tracuateua – território de Jambu-Açu.[7]

Na mesma direção, são as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de forças econômicas, políticas e culturais "(i) materiais" com uma pluralidade de combinações. Embora o individualismo estimulado pelo sistema seja forte, a posse coletiva da terra é um elemento essencial, uma vez quea titulação coletiva tem demostrado, em muitos casos, ser importante para aumentar a segurança de permanecer na terra, pois pode sinalizar para a redução de ameaças, de conflitos e para a garantia da existência/resistência secular da comunidade.

MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS

Embora a historiografia oficial tenha invisibilizadoas*mulheres* negras, mais que a outros segmentos, estas, desde a implantação do modo de produção escravista, sempre estiveram presentes na história da Amazônia.[8] Vicente Salles (2004), na obra *O Negro*

[7] Em Moju, em dezembro de 2006.

[8] Com o avanço nos meios de comunicação tem havido mais esforços organizativos; em 2008, foi criada a Rede Fulanas NAB- Negras da Amazônia Brasileira, a partir de articulação entre o IMENA-Instituto de Mulheres do Amapá e do CEDENPA.

na Formação da Sociedade Paraense dá destaque às Talheiras ou Taieiras que foi um grupo de mulheres lavadeiras "cujo canto já podia se ouvir em diversos bairros de Belém", também faz referência ao grupo liderado por mulheres negras denominado "Estrelas do Oriente", criado em 1886 com a finalidade de celebrar festividades religiosas - como o nascimento de menino Jesus. Refere também às irmãs de São Raimundo, uma irmandade de mulheres negras escravizadas, ligadas à Igreja Nossa Senhora de Santana, que inicialmente eram 7 e depois há registros de que chegaram a mais de 1.000.

Sobre a questão da população negra, mais especificamente sobre mulheres negras quilombolas, na obra *O Negro no Pará - sob o regime da escravidão*, o autor destaca as ações de Felipa Maria Aranha que liderou, com firmeza, o quilombo de Alcobaça (hoje estaria localizado no município de Tucuruí), (Sales, 2005, p. 252). Conforme Bentes (2014, p.39) o citado quilombo contava com mais de 300 indivíduos, mostrandoa "capacidade de liderança de uma negra destemida".

A Amazônia[9], maior região em extensão territorial (quase dois terços do território nacional), possui mais de onze milhões de pessoas negras, pressupõe, então, a existência de aproximadamente seis milhões de mulheres negras. No final da década de 1970, a partir de uma forte demanda das mulheres negras em um contexto onde o movimento negro tinha sua face sexista, as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros; por outro lado, o movimento feminista tinha sua face racista, preterindo as discussões de recorte racial e privilegiando as pautas que contemplavamsobretudoas mulheres brancas.

Observa-se que oprotagonismo das mulheres quilombolas nas lutas coletivas busca garantir, sobretudo, a permanência nà terra. Na década de 2000, a temática ambiental, a regularização fundiária em desenvolvimento lento, a reforma política, a busca por compreender o papel do Estado Brasileiro, o racismo, a violência e bem viver, fazem parte da agenda das mulheres negras, sem perder de vista sua ancestralidade.

Até agora, foram realizados oito Encontros de Mulheres Negras Quilombolas do Pará:I Encontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará - Salvaterra, Bacabal (2002); II Encontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará, Quilombo de Deus me

[9] Além do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, inclui parte do Maranhão e de Mato Grosso)

Ajude – Salvaterra (2003); III Encontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará, Quilombo de Mangueiras – Salvaterra (2004); IVEncontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará, Baião – Umarizal (2006); V Encontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará,Inhangapi (2008); VIEncontros de Mulheres Negras Quilombolas do Pará, Acará – ItacoãMirin (2010); VII Encontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará – Moju, Comunidade São Bernardino (2014); VIII Encontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará – Cametá, Comunidade Porto Alegre (2016). Tais encontros revelam, entre outros aspectos, o fortalecimento da participação das mulheres negrasquilombolas.

Há muito tempo a mobilização política das mulheres negras quilombolas tem atuado principalmente na defesa dos interesses territoriais, o que evidencia também a necessidade de fortalecimento do protagonismo das mulheres quilombolas e seus grupos, para que se tenha patamares mínimos de interlocução que possibilitem mudanças. (Werneck, 2012, p.17).

Relativamente poucas são as mulheres negras que conseguem ascensão social e esta dificuldade ainda é maior no tocante a ocupação de cargos de destaque no mercado de trabalho, para isso é necessário trilhar caminhos árduos e exaustivos, jáqueprecisamostrar umacompetência profissional adicional, para superar preconceitos e discriminações.

Ao longo da história, a mulher negra sofreuevemsofrendo diversas manifestações de violência, que na atualidade vem se tornando cada vez mais naturalizada e banalizada, num contexto referenciado pelos mecanismos ideológicos do sexismo e do racismo. Grandeparcela das mulheres negras no espaço agrário, por exemplo, encontra-se empostos de trabalho precários, ou migram para o espaço urbano para trabalhar no espaço doméstico realizando as tarefas rotineiras nas “casas de família”, como lavar, passar, cozinhar, ou em outra ocupações com viés na informalidade e com baixa remuneração.

Além disso, vale considerar que muitas não são alfabetizadas ou com poucos anos de estudos, mas é possível verificarum número expressivode mulheres negras concluintes da educação básica (ensino fundamental e médio) e, em número significativamente menor, ingressando nas universidades; estão conseguindo assim, avançar, mesmo diante das dificuldades apresentadas, por seus direitos que inclui a

equidade de gênero.

O grande desafio para as redes e organizações de mulheres negras amazônicas, é pensar em alinhar as questões de gênero, raça e classe social nos projetos de desenvolvimento da Região Amazônica e preservar os saberes das Mulheres das Florestas. As discrepâncias, os contrastes na Amazônia, embora muito ligados às desigualdades inter-regionais, sócio-raciais e de gênero, nãose deve deixar de assinalar que, em muitos lugares, a defesa das tradições culturais podem agregar muitos outros aspectos.

É importante resaltar que essas meninas recrutadas para o trabalho doméstico, são, em sua maioria, negras (de quilombos, geralmente) ou indígenas. Ou seja, além do "ranço escravista", esfacelamento de família negras e pensamento fascista, existe a prática do trabalho infantil e, em muitos casos, de pedofilia no ambiente dessas "casas de famílias" - as casas das crianças "transladadas", não seriam, também, "casas de família"!

Observa-se que geralmente são as mulheres negras que precisam deixar suas comunidades para vir à cidade "morar em casas de conhecidos", inclusive para estudar o terceiro grau, sofrendo diversas as formas de humilhações; são as mulheres negras rurais da Amazônia as que, além de enfrentarem o racismo, o machismo, a violência doméstica, a não descriminalização do aborto, ainda lutam em outras frentes. Uma delas é a luta para manter o território, hoje ameaçado pelos grandes e médios projetosvinculados ao latifúndio e aoaprofundamento do neoliberalismo; a rigor, o fato é que essas mulheres são obrigadas a incluir em suas trajetórias, um conjunto de lutas que engloba as contendas contra as hidrelétricas, mineradoras, monocultivos, pecuaristas, madeireiros e, também, a não regularização de terras quilombolas, o desrespeito aos territórios sagrados (como os quintais e os cemitérios), a contaminação dos rios muitos outros fatores que afetam diretamente o bem viver dessas mulheres.

As motivações para seguir nas batalhas são variadas, a vontade de unir o pensamento das mulheres negras da Amazônia, reduzir as aflições, manter os sonhos, vencer os desafios, parece compor um quadro de dificuldades, mas que tem sidocomum para mulheres negras de todas as regiões do Brasil, muitas das quais tiveram suas avós e mães violentadas e tem tido seus filhos e filhos vitimados pelo racismo e a alvos prioritários das chacinas e outras mortes evitáveis.

Dando relevo à questão daorganização, constatou-se que a linguagem mais eficiente de ser entendida, é aquela que individuo utiliza para mostrar suas especificidades, sobretudo, étnica na qual estão agregadas suas referências e todas as suas vivências bio-fisiológicas, religiosas, políticas, culturais e sócio-ambientais, que devem ser apreciadas e reconhecidas como fatores importantes não apenas daquelas comunidades, mas também de muitos grupos do meio amazônico, mas que podem estreitar as articulaçõesentre grupos de mulheres das comunidades quilombolas do Pará.

É de ressaltar também, que os encontros de mulheres negras quilombolas contribuiram para essas articulações entre os grupos de mulheres nos municípios paraenses, possibilitando até ummaior entendimento sobre a necessidade de políticas públicas, quer no campo da saúde e trabalho-geração de renda, quer nos demais, que se ligam mais diretamente às dificuldades da população negra.

> É a partir da consciência da dignidade que as mulheres negras, a despeito da profusão de violências, desvalorizações e violações de direitos que lhes atingem, permanecem atuantes de forma protagônica, tanto nas esferas da micropolítica, ou seja, nas ações de transformação do cotidiano, como nas macro-mobilizações sociais em busca de criar mecanismos capazes de restabelecer patamares mínimos confortáveis para sua existência individual e coletiva, desde a perspectiva político-ideológica, quanto cultural e ontológica. (Werneck, 2012, p.18).

É de se reforçar que o protagonismo das mulheres quilombolas tem assegurado o recorte de gênero, raçaeetnianaconstruçãodepolíticaspúblicas, sobretudo, as voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero no espaço agrário.

Nessa perspectiva, vejo que a luta das mulheres quilombolas contra a violência de gênero e de raça, afirma uma nova ação política antirracista e de luta pelo território, pois ao buscar um reconhecimento identitário enquanto mulheres trabalhadoras rurais quilombolas, acaba dando visibilidade dos conflitos de gênero nas lutas pelo território.

Cabe o registro de que o processo de organização e realização da *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver*, realizada em 18 de novembro de 2015, e que concentrou mais de 50 mil mulheres negras, em Brasília, demonstrou não só a importância de garantira uma ampla visibilidade, tanto da luta quanto a da disposição deste segmento, que almejaparticipar como protagonista das decisões que envolvem o todo do país. Tal processo, tecido na ótica do bem viver e

pode-se dizer, no sentimento de solidariedadedo ubuntu, contribuiu para o fortalecimento das mulheres negras amazônicas e colocou em pauta, inclusive questões específicas das territorialidades negras amazônicas.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLASDE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, PARÁ

No município de São Miguel do Guamá (Imagem 1) pertence à Mesorregião Nordeste Paraense há quarto comunidade quilombolas: Nossa senhora de Fátima do Crauateua e Menino Jesus, Santa Rita das Barreiras e Canta Galo.

Realizei uma pesquisa socioeconômica nas quatro comunidades com a pretensão de elaborar um perfil demográfico da população quilombola neste município. Foram entrevistadas 120 famílias quilombolas de São Miguel do Guamá: 15 famílias no Menino Jesus, 19 no Canta Galo, 36 em Fátima do Crauateua e 50 em Santa Rita das Barreiras. Ao todo são 586 pessoas que moram nessas quatro comunidades, sendo 285 do sexo feminino e 301 do masculino. Menino Jesus é a menos povoada e nela residem 54 pessoas, Canta Galo tem uma população de 94 pessoas; 180 pessoas vivem em Fátima do Crauateua e Santa Rita das Barreiras agrupa o maior número populacional, com 258 pessoas. A (Tabela 1) expõe o número de habitantes e a divisão por gênero. Percebemos a partir desses dados que a população quilombola do município é predominante é infanto-juvenil, mas que possui uma variedade entre os mais novos com menos de um ano de idade até os mais velhos até 86 anos. A tabela 02 evidencia que o número de crianças de 0-11 anos é preponderante na comunidade, havendo um declínio na população adolescente seguido de um aumento de jovens e adultos de idade entre 18-30 anos, decai um pouco na faixa etária de 31-59 anos, diminuindo ainda mais o numero de pessoas entre os 60-84 anos. Apresentamos na (Tabela 2) a divisão populacional em cinco faixas etárias

Imagem 1. Mapa de Localização das Comunidades Quilombolas de São Miguel do Guamá

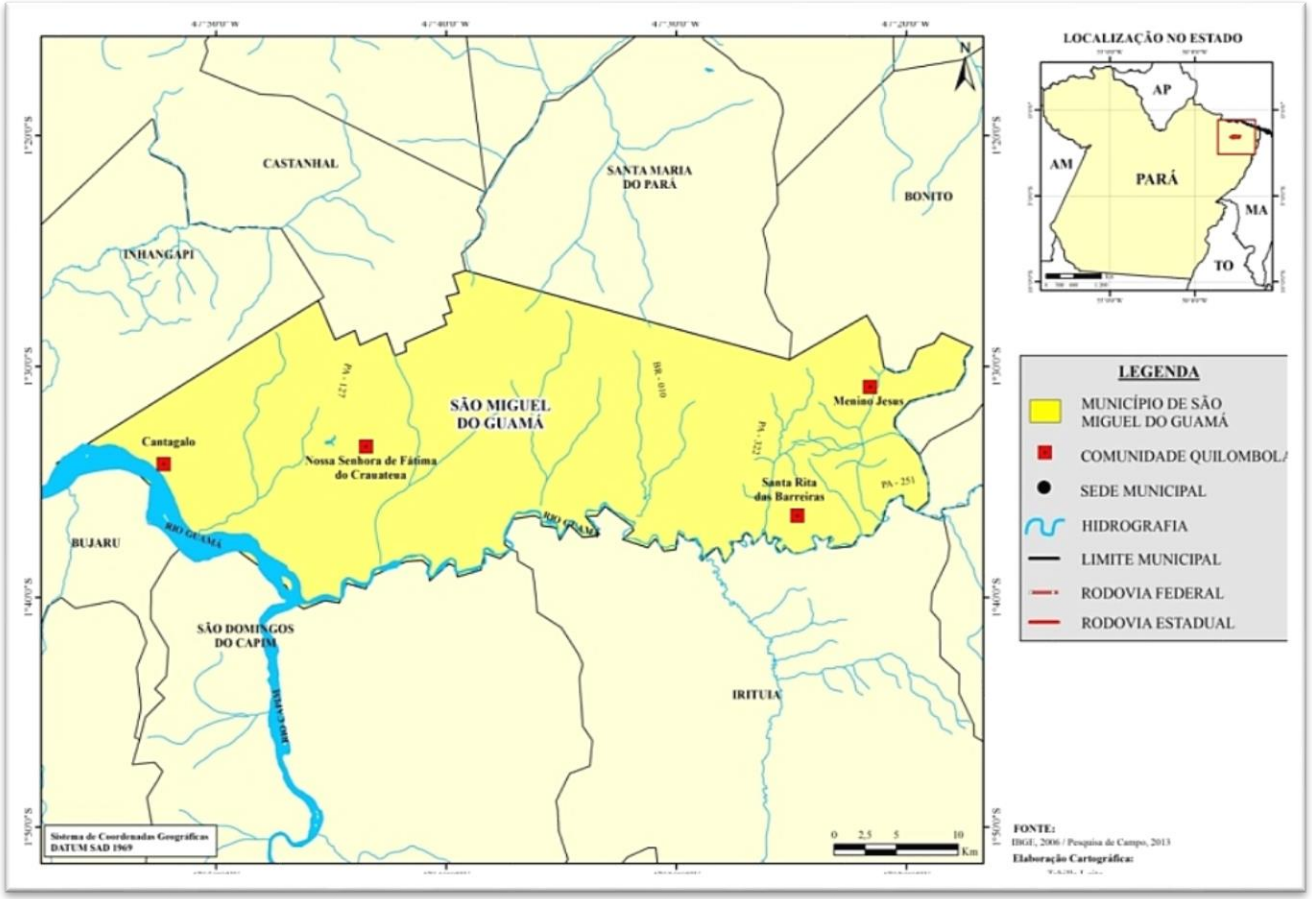

Tabela 1. População quilombola desagregada por gênero em São Miguel do Guamá.

Comunidade	Homens	Mulheres	População total
Canta Galo	44	50	94
Menino Jesus	28	26	54
Nª Sª de Fátima do Crauateua	93	87	180
Santa Rita das Barreiras	136	122	258
Total	301	285	586

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Elaboração: Maria Albenize Farias Malcher.

Tabela 2. Grupos de idade da população quilombola de São Miguel do Guamá.

Faixa Etária	Canta Galo	Menino Jesus	Nª Sª de Fátima do Crauateua	Santa Rita das Barreiras	Total
0 -11 anos	13	28	59	73	173
12 – 17 anos	9	13	25	40	87
18 – 30 anos	12	14	43	58	127
31 – 59 anos	14	34	45	66	159
60 – 86 anos	6	5	8	21	40

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Elaboração: Maria Albenize Farias Malcher.

O número de crianças é notável na comunidade; durante a semana, no período escolar, seja a caminho da escola em pequenos grupos ou acompanhadas de seus pais, nos campos de futebol e nos quintais, fazendo destes seus espaços de lazer, por não disporem de lugares adequados para usufruir no intervalo das aulas. Os espaços de lazer ou sociabilidade são bem restritos para crianças, adolescentes e jovens e se tornam uma preocupação para os adultos da comunidade. As opções para esse público se restringe à igreja, ao campo de futebol e aos igarapés, que acabam por ser os espaços mais freqüentados nas comunidades, especialmente o último. No entanto, os jovens buscam outras opções de diversão, se deslocam geralmente para as comunidades vizinhas que dispõem de balneários e espaços de festas de "aparelhagem".

Outra preocupação bastante discutida na comunidade são as mudanças de valores e costumes, já vem ocorrendo na comunidade e entorno uma pequena reincidência de furtos e outros delitos, drogas e várias situações que vêm causando posturas e opiniões diversas por parte de diversos moradores. Presenciei essas discussões em alguns momentos da pesquisa de campo, onde as falas nos deram pistas para refletir sobre a ausência de políticas públicas direcionadas a disponibilizar alternativas de lazer para a juventude no espaço agrário.

Nos dados referentes à renda, todas as pessoas entrevistadas responderam que vivem da agricultura e do extrativismo vegetal e animal. As fontes para geração de renda da comunidade são bastante restritas, as aposentadorias e o bolsa família também são fontes de renda sempre combinada com outras, obtidas pela comercialização de produtos agrícolas ou emprego não-agrícola. A produção de alimentos no município é bastante diversificada (açaí, arroz, milho, banana e mandioca) onde a farinha de mandioca se destaca como um dos produto de maior comercialização.

Outra questão pertinente que apresento nesse trabalho é a configuração territorial quilombola no nordeste paraense, marcado por pequenas propriedades que se destacam pelo fornecimento de produtos agrícolas diferente do que rege o modelo econômico da Amazônia extrativa. A análise situacional da regularização dos territórios quilombolas, mesmo que de forma micro escalar é válida, pois aponta as dificuldades de ação efetiva no território e no acompanhamento dos diferentes processos de regularização fundiária.

As idas a campo tiveram o intuito de investigar as práticas socioespaciais e aprofundar o exame da problemática da luta pela permanência nos territórios quilombolas. Entetanto, nestes espaços se faz necessário realizar pesquisas propositivas que apontem novas formas de desenvolvimento e experiências, bem sucedidas, tecendo críticas ao modelo de políticas públicas destinadas aos territórios quilombolas, que não consideram as múltiplas identidades territoriais.

Nas comunidades quilombolas de São Miguel do Guamá a base de sustentação econômica das famílias é a produção agroextrativista. A maioria das famílias vive a dinâmica da produção agroextrativa através do uso sustentado dos recursos e da unidade familiar que divide o direito parcelado das terras. É muito comum a estética dos terrenos estarem fracionadas pelo número de filhos, sobretudo aqueles que utilizam a terra como lugar de residência e de produção.

Um dos elementos que imprime a territorialidade quilombola nas comunidades de São Miguel do Guamá é a relação diária dos sujeitos com a terra, materializada no trabalho de roça, a partir das relações de indivíduos do mesmo grupo. O trabalho de roça é organizado a partir da dinâmica família – terra – família. Esta dinâmica esta para além da produção agrícola, pois, tecem laços de solidariedade entre as famíliasOutra atividade que se destaca nas comunidades para o consumo doméstico é a extração do

fruto do açaí, a exploração do açaizal é familiar, mesmo com espaços reduzidos em algumas famílias a prática de ir em busca do fruto do açaí no açaizal do vizinho é constante. Desse modo, durante a safra que vai de Julho a Outubro, os membros das famílias coletam os frutos de açaí.

Para o trabalho de manejo e limpeza do açaizal, geralmente nos meses de dezembro a maio, conta-se com a ajuda de parentes mais próximos e vizinhos. Tal prática consiste em limpar a mata, deixando em pé as espécies maduras, desbastar as touceiras da palma de açaí deixando somente as estirpes mais grossas que permite maior quantidade de luz solar na mata fechada. Observei em algumas roças, a monocultura e em outras ao seu redor a plantação de maxixe, quiabo, jambu, caruru, macaxeira e jerimum, uma variedade de produtos plantados, no passado as roças eram mais sortidas ou diversificadas com a plantação de legumes e frutas ao seu redor.

A referência ao passado é constante nas falas dos moradores sobre os recursos do território, do pescado abundante, e como atualmente as pessoas não conseguem pescar, das práticas comunitárias de pesca. As práticas coletivas do presente são bem diferentes das do passado. Apesar dos quilombolas ainda terem a prática das roças coletivas, estas normalmente são incentivadas por grupo de mulheres, jovens ou pela própria associação quilombola e depende muito da necessidade do grupo de motivação, diferentemente da troca de dia de trabalho que partia da necessidade de sobrevivência das famílias e da manutenção do roçado.

O extrativismo vegetal no passado caracteriza-se como “fartura” em relação ao presente, além da caça e da pesca, os moradores criavam animais (pato, galinha e porco), faziam roças de arroz, milho, feijão, maniva e realizavam plantio de árvores frutíferas como o açaí, abacate, cupuaçu, pupunha, banana, coletavam da floresta a castanha do Pará, o óleo da andiroba, óleo de copaíba, o “leite” do Amapá e diversos produtos medicinais e alimentícios.

A unidade básica de trabalho das famílias nestas duas comunidades é caracterizada pelo sítio, neste espaço preside a casa – lugar de residência, o centro – lugar da roça e o retiro – lugar da produção, este último é onde fica a “casa de farinha”. Todos estes espaços são lugares de trabalho e de socialização de homens, mulheres, crianças, jovens e adultos.

Cada espaço tem suas especificidades. A casa – lugar de residência é o espaço

de responsabilidade das mulheres, é onde está a casa, poço ou cacimba, as árvores frutíferas, chiqueiro dos porcos, o galinheiro, a casa de ferramentas de trabalho no roçado e o fogão de lenha e/ou carvão vegetal. Ainda próximo a casa fica o "canteiro" de plantas medicinais para o uso da família e da vizinhança, se for o caso.Neste caso o sitio integra "múltiplos espaços articulados entre si, correspondendo cada um destes limites a determinadas atividades igualmente articuladas, como que numa relação de insumos-produtos" (Woortman, 1998, p. 167).

Dá para perceber que determinadas práticas sócio-espaciais se territorializam nesteespaço, sob a égide da grande propriedade, do agronegócio, da especulação fundiária e da produção do biocombustível, ligadas diretamente ao paradigma de crescimento e desenvolvimento econômico, dos objetivos da acumulação sobre os da distribuição, que sustentam o capitalismo global. Outras práticas, por outro lado, jásão regidas por uma mescla de territorialidades, da apropriação de pequenas propriedades, baseado na produção de subsistência - se come o que se planta, e se planta produtos básicos para sobrevivência e comercialização do parco excedente.

Curiosamente, é que a partir da atividade agroextrativa, o artesanato assume em contexto local, uma lógica agrícola de valorização do trabalho, construção de autonomia e manutenção da base material e imaterial do modo de vida quilombola, entrelaçando o saber local à disponibilidade de recursos e, ainda, à criação de técnicas. Percebe-se que o artesanato (Imagem 2) é exercido em circunstâncias e interesses diversos e adapta-se à rotina diária e à comercialização.

Imagem 2. Mulheres Quilombolas comercializando peças de artesanato na comunidade quilombola do Canta galo.

Fonte: Maria Albenize Farias Malcher

É válido salientar queas formas de uso da terra é uma relação presente na territorialidade quilombola. O sistema produtivo implementado por agricultores quilombolas de São Miguel do Guamá, configura uma produção agrícola em pequena escala baseada primordialmente na unidade familiar de produção. Conjuntamente, há extração de diversos recursos vegetais, tanto para uso doméstico, quanto para complementação da renda.

O estudo aponta limites e possibilidades da produção sustentável, esclarecendo elaborações de algumas propostas de intervenção local, que elegem manejos mais adequados e sugerem alternativas de renda a estas comunidades, de acordo com a conformação ecológica e sócio-cultural peculiares[10].

CONSIDERAÇÕES

A análise situacional da regularização dos territórios quilombolas, mesmo que de forma micro escalar é válida, pois aponta as dificuldades de ação efetiva no território e no acompanhamento dos diferentes processos de regularização fundiária. O estado brasileiro tem uma dívida social e histórica para com o reconhecimento das comunidades quilombolas que, ao longo de décadas, sofrem com a ausência de políticas de estado que visem e consigam concretamente garantir-lhes condições e oportunidades básicas de vivenciar plenamente seus direitos. Apesar da conquista formal como sujeitos de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, na prática cotidiana, as comunidades quilombolas esperam o reconhecimento de seus direitos.

Nossa contribuição neste processo é indiscutivelmente ampliar o debate acadêmico acerca das territorialidades apresentadas no processo de formação do território quilombola. Contudo, é necessário analisar de maneira mais abrangente a luta

[10]A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá estáinserida no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, através de convênio firmado com o governo federal - via CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento e Programa Nacional de Merenda Escolar – PNAE, desde o ano de 2013. O PAA tem como objetivo o combate à fome, desnutrição e garantir apoioà famílias de baixa renda, (principalmente para aquelas que têm crianças, adolescentes e idosos) que são atendidas pelos programas de Promoção Social, a exemplo do progama bolsa família, adquirindo produtos naturais e sem agrotóxicos de agricultores locais.

política ligada à identidade quilombola, a espacialização das políticas quilombolas do Estado na escala federal e estadual.

A pesquisa tem revelado que a história das comunidades quilombolas desse município dá sentido às práticas sócio-espaciais existentes no território e nos ajudam a entender o modo de vida. Evidentemente, o modo de vida não é algo estático, pois se denota no território sucessivas transformações. O cotidiano das pessoas que vivem nestas comunidades está associado ao trabalho de roça. Homens, mulheres, jovens e por vezes crianças em um período diferente do dedicado à escola contribuem nas atividade, a organização do trabalho de roça é caracterizada pela produção familiar. O trabalho de roça se apresenta como elemento fundante do modo de vida e na organização geral destas localidades.

As visitas de campo contribuem para nossa compreensão sobre as práticas espaciais no tempo, a dinâmica e lógica da estruturação espaço-territorial quilombola atual. Nosso objetivo com esta investigação foi aprofundar o exame da problemática da luta pela permanência dos territórios rurais tradicionalmente ocupados, uma vez que nestes espaços se faz necessário realizar pesquisas propositivas que apontem novas formas de desenvolvimento e experiências, bem sucedidas, tecendo críticas ao modelo de políticas públicas destinadas aos territórios quilombolas, que não consideram as diferentes identidades sócio-territoriais, econômicas e culturais dos territórios rurais tradicionalmente ocupados.

O estado brasileiro tem uma dívida social e histórica para com o reconhecimento das comunidades quilombolas que, ao longo de décadas, sofrem com a ausência de políticas de estado que visem e consigam concretamente garantir-lhes condições e oportunidades básicas de vivenciar plenamente seus direitos. Apesar da conquista formal como sujeitos de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, na prática cotidiana, as comunidades quilombolas esperam o reconhecimento de seus direitos.

As comunidades quilombolas no Pará apresentam uma territorialidade em construção. Minha contribuição neste processo é indiscutivelmente ampliar o debate acadêmico acerca das territorialidades apresentadas no processo de formação do território quilombola. Contudo, é necessário analisar de maneira mais abrangente a luta política ligada à identidade quilombola, a espacialização das políticas quilombolas do

Estado na escala federal e estadual.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros de Trombetas: Guardiões de matas e rios***.** 2ª ed. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.

AMADOR DE DEUS, Zélia. *Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade*. Belém: UFPA – IFCH - Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais, 2008 (tese de doutorado).

ALMEIDA, Alfredo. Wagner. Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum***.** Manaus: PPGSCA, 2006.

BENTES, Nilma. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará*. Belém:UFPA, GEAM, 2014.

BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Geografia Cultural: um século (3)***.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de Identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). *Paisagem Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

GUSMÃO, N. M. de. *Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo***.** Fundação Cultural Palmares. Brasília, 1999.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade*. 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/Serie322empdf. Acesso em: 20 janeiro 2014.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses***.** São Paulo: Ática, Serie Principios, 2ª ed, 1988.

PARÁ. *Constituição Estadual*. Belém: Assembléia Legislativa do Estado do Pará, 1989.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino – americanas***.** Edgardo Lander Org. Colección Sur Sur, CLACSO, Setembro 2005, p. 227-278.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: *Ambiente e Sociedade*. Nº 10. Jan./Jun. 2002.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão***.** Belém: Instituto de Artes do Pará – IAP; Programa Raízes, 3ª Ed., 2005.

_____. *O Negro na formação da Sociedade paraense***.** Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. 3ª reimp. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo,

2007.

_____. *A Natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O retorno do território. In: Santos, M. et al. (orgs.) *Território: Globalização e Fragmentação.* São Paulo: Hucitec e ANPUR. 1994.

SAQUET, Marcos Aurelio.*Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SANTOS, Boaventura de S. *Globalização Fatalidade ou Utopia*. Porto: Afrontamento, 2005.
WERNECK, J. *Mulheres Negras: um olhar sobre as Lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. RJ: Criola& Fundação Heinrich Boll, 2012.

WOORTMANN, E. F.Homens de Hoje, Mulheres de Ontem: gênero e memória no seringal. In: FREITAS, C. *Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da UCG***.** Goiânia: Editora UCG, 1998.

Recebido em junho de 2017
Aprovado em setembro de 2017